



Superintendência de Desenvolvimento da Capital
REGISTRADO
Livro nº 02 Folha nº 60
Responsável: Yuzza
Data: 22/07/2021 Mat: 28216

EXTRATO PUBLICADO NO DOM
EM 27/07/2021 AG.
Jamo - 09521
ASSINATURA / MATRÍCULA

PROCESSO Nº 01-092.914/20-79

IJ: 01.2021.2702.0010

TERMO ADITIVO nº 02 ao CONTRATO DJ 030/2021, que entre si fazem a **SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA CAPITAL - SUDECAP** e **CONEST ENGENHARIA LTDA.**, com o objetivo de prorrogar o prazo contratual, em razão da Solicitação de Aditivo de Prazo nº. 02 (fls. 300/331), datada de 11 de junho de 2021, mediante a seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência do Contrato DJ 030/2021, que tem por objeto a execução dos serviços comuns de engenharia para contenção de encosta em gabião e solo grampeado para restabelecimento do maciço do talude localizado na Av. Basílio da Gama, com o fornecimento de materiais, insumos e mão de obra, fica prorrogado pelo prazo de 60 (sessenta) dias, passando seu término do dia 03/01/2022 para **04/03/2022**.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

O prazo de execução do Contrato DJ 030/2021, fica prorrogado pelo prazo de 60 (sessenta) dias, passando seu término do dia 18/08/2021 para **17/10/2021**.

CLÁUSULA TERCEIRA – ANEXOS

O **Cronograma Físico-Financeiro** de fls. 311, anexo à Solicitação de Aditivo de Prazo, integra este instrumento para todos os efeitos de direito.

CLÁUSULA QUARTA – PRORROGAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Em observância ao disposto no art. 56, § 2º, da Lei nº 8.666/1993 c/c art. 63, § 2º, do Decreto Municipal nº 10.710/200, a Contratada prorroga a garantia de execução do contrato, conforme Guia de Recolhimento de Garantia nº. 2021/2080000 10/03, emitida pela Superintendência de Desenvolvimento da Capital - SUDECAP.

Ressalvado o disposto neste instrumento, ficam mantidos e ratificados os termos do contrato base, ora aditado e seu aditamento anterior.










E por estarem assim firmes e ajustadas, as partes contratantes, já qualificadas no Contrato original, assinam, por seus representantes ao final nomeados, o presente instrumento, digitado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos de direito.

Belo Horizonte, 22 de julho de 2021.

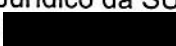

Henrique de Castilho Marques de Sousa
Superintendente da SUDECAP


CONEST ENGENHARIA LTDA.
Nome: Rodrigo Olyvia Cesarin Silva
CPF: 
 
Conest Engenharia Ltda
Rodrigo Olyvia Cesarin Silva

Visto:



Diretor Jurídico da SUDECAP


Por Delegação - Portaria SUDECAP nº 128/2021



01 - DADOS DO RECOLHIMENTO

ENTIDADE CONTÁBIL

218 - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA CAPITAL

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

2702 - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA CAPITAL

CONTRATADO

113151 - CONEST ENGENHARIA LTDA.

ANO / NÚMERO DA GUIA / SEQUÊNCIA

2021 / 218000010 / 03

MODALIDADE DA GARANTIA

SEGURO GARANTIA

NÚMERO

0306920219907750486795000

NÚMERO DOCUMENTO PRORROGAÇÃO

0306920219907750486795000

VALOR (R\$)

65.801,19

VALOR POR EXTENSO

SESSENTA E CINCO MIL, OITOCENTOS E UM REAIS E DEZENOVE CENTAVOS

GARANTIA EMITIDA POR

POTENCIAL SEGURADORA S.A.

Nº PROC. DE RECOLHIMENTO

01.016158.21-90

MODALIDADE DE LICITAÇÃO

PREGAO

Nº DA LICITAÇÃO / ANO / UNIDADE

49 / 2020 / 2702

02 - DADOS DA PRORROGAÇÃO DA DATA DE VENCIMENTO

DE

01/07/2022

PARA

01/09/2022

03 - OBJETIVO

Garantir o 2º termo aditivo do contrato DJ-030/21

04 - OBSERVAÇÕES

05 - EMISSÃO

DATA

22/07/2021

BM/NOME

SD002725 - FERNANDA SATÍRO DE SOUZA LIMA

1100 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

06 - RECEBIMENTO (DIRETORIA CENTRAL DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA OU ÓRGÃO COMPETENTE DA ENTIDADE)

DATA

22/07/2021

ASSINATURA /BM

SD002725 - FERNANDA SATÍRO DE SOUZA LIMA



PARECER JURÍDICO DPCT-SD N.º 128/2021

Belo Horizonte 19 de julho de 2021

Processo n.º: 01-092.914/20-79

Referência: Solicitação de aditivo de ajuste contratual com ou sem valor n.º. 01, datado de 11 de junho de 2021

Contrato: DJ 030/2021

Contratado: Conest Engenharia Ltda.

Objeto: Serviços comuns de engenharia para contenção de encosta em gabião e solo grampeado para restabelecimento do maciço do talude localizado na Av. Basílio da Gama, com o fornecimento de materiais, insumos e mão de obra.

I - RELATÓRIO

1. Cuida-se de solicitação para celebração de termo aditivo ao contrato DJ 030/2021, veiculada no formulário "Solicitação de aditivo ajuste contratual com ou sem valor n.º 01", de 11 de junho de 2021, subscrito pelo fiscal do contrato, Sr. Alann Wolfgang Fernandes de Sousa, pela Gerente Regional de Manutenção Norte, Sra. Priscila Madureira Nascimento, pelo Diretor de Manutenção, Sr. Mauro Lúcio Ribeiro da Silva, e aprovada pelo Superintendente da SUDECAP, Henrique de Castilho Marques de Sousa, tendo por objeto a reprogramação da planilha contratual, mediante acréscimo de quantitativos, que representa aumento de 15,91% em relação ao valor original do contrato, correspondente a R\$ 180.658,94 (cento e oitenta mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e noventa e quatro centavos).

2. No que concerne à justificativa para alteração de cada item do contrato, a solicitação é instruída pela planilha intitulada "Pré Aditivo", que contém, em suas colunas, a indicação dos itens a serem alterados e a respectiva justificativa de maneira individualizada, todas em razão de "aditivo de prazo para entrega do empreendimento" ou da "necessidade de acréscimo devido a alteração do objeto".



3. Justificou-se, ademais, a necessidade de alteração contratual, nos termos do Ofício GERMAN/DJUR-SD nº. 007/2021 da seguinte forma, no que interessa:

[...] Durante a execução do contrato a Fiscalização identificou a necessidade de adaptações na planilha para refletir a realidade da demanda da Administração, possibilitar o adequado cumprimento da finalidade do objeto do Contrato e o atendimento ao interesse público fundamental.

Após o início dos serviços que configuram o objeto desse contrato, notamos a necessidade de alteração do projeto executivo inicial, de forma a contemplar uma maior área nas proximidades do canal, garantindo maior estabilidade e segurança à população do entorno. Tendo em vista que o quantitativo previsto não será suficiente para comportar as alterações de projeto, será necessário o aumento do quantitativo de alguns itens, tais como: 05.11.01 – Manta Geotextil e 05.23.04 – Concreto Projetado. Tanto esses itens, quanto os demais, serão de grande importância técnica para a conclusão da obra.

Informamos que o presente aditivo respeita o limite de aumento de valor imposto pelo §1º do artigo 65 e não transfigura o objeto originalmente contratado, permanecendo-o em natureza e dimensionamento compatível com a qualificação técnica exigida no momento da licitação.

Solicitamos, ainda, a alteração dos prazos de execução e vigência contratual por mais 60 (trinta) dias, tendo em vista o impacto gerado pela adequação do projeto inicial e da planilha contratual, sendo necessário a prorrogação do cronograma físico-financeiro do contrato, conforme documento anexo.


Por fim, informamos que a contratada concorda com a presente alteração contratual (carta anexo), mantém as condições de habilitação e idoneidade (Relatório SUCAF anexo) e vem prestando satisfatoriamente os serviços de acordo com a finalidade do contrato. [...]

4. Interessa para a presente análise a instrução do expediente contendo os seguintes documentos juntados às fls. 298/331 do processo 01-092.914/20-79: (i) Solicitação de ajuste contratual; (ii) Solicitação de aditivo de prazo; (iii) Ofício GERMAN/DJUR-SD nº. 007/2021; (iv) Relatório de Informações Cadastrais; (v) Relatório de Impacto de Pré-aditivo; (vi) Carta de anuência da contratada; (vii) Cronograma físico-financeiro e planilha contratual reprogramada denominada "Pré Aditivo" contendo justificativas específicas, a despeito de genéricas; (viii) Cópia dos projetos de Engenharia alterados; (ix) ART's de fiscalização, execução e elaboração de projetos quitadas e registradas em nome dos seguintes profissionais: Alann Wolfgang Fernandes de Sousa, Rodrigo Otávio Ceolin Silva, Milton Silva e Daniel Garcia Toscano Barreto; (x) Declaração de Disponibilidade Financeira e Orçamentária; (xi) Ofício CCG/SMOBI nº. 096/2021; (xii) SUCAF.



5. Após recebido o expediente, identificou-se ausência de prévia assinatura dos projetos executivos anexados ao expediente e a necessidade de encaminhamento de ART em nome do Sr. Ramon C. E. do Nascimento, cujo nome constou expressamente na cópia do projeto de engenharia inicialmente anexado.
6. Posteriormente, contudo, foi informado pela Sra. Camilla Andrade Naime que o Sr. Ramon C. E. do Nascimento não era responsável técnico pela elaboração dos projetos e foram juntados os projetos retificados e assinados, conforme se vê dos documentos juntados às fls. 327/331.
7. É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

7. Preliminarmente, ressalta-se que é competência deste Departamento prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não nos cabendo adentrar em aspectos relativos à conveniência e oportunidade do ato que se pretende praticar, reservados a esfera discricionária do gestor público competente.
8. Assim, não serão analisados aspectos de natureza técnica, administrativa e/ou orçamentária, além de planilhas, relatórios, cronogramas físico-financeiros, documentos e demais declarações relacionadas a áreas técnicas específicas, sob competência e responsabilidade das autoridades signatárias.
9. Destaca-se, portanto, que a presente manifestação cinge à análise jurídica quanto à possibilidade de alteração da planilha contratual, tendo por pressuposto os motivos suscitados pela autoridade solicitante. Nesse escopo, considerar-se-á tão somente os documentos que instruem o feito e que são referenciados no corpo deste parecer, cujas autenticidades de teor são presumidas em virtude de seu encaminhamento pelos órgãos competentes. O processo de contratação e cada ato que o compõe não será analisado, porquanto presumida a análise jurídica desses atos quando das suas elaborações.
10. Registradas essas considerações, passa-se à análise da solicitação. 





II.1 – DA POSSIBILIDADE JURÍDICA DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

11. A Lei Federal n.º 8.666, de 1993, ao fixar as normas para licitações e contratos da Administração Pública, previu expressamente a possibilidade de alteração dos contratos administrativos.

12. Várias são as causas que justificam a necessidade de se recorrer a ajustes contratuais. Com efeito, nem sempre a Administração Pública terá, no momento da contratação, a exata dimensão do necessário para a concretização do interesse público e, por sua persecução ser indisponível, a lei atribui ao gestor público o poder-dever de modificar a avença, sempre no sentido de realizar aquele interesse, desde que observados os limites igualmente fixados na lei.

13. Nesse sentido, anota di Pietro¹:

[...] os acordos administrativos em geral envolvem muitos riscos decorrentes de várias circunstâncias, como a longa duração, o volume grande de gastos públicos, a natureza da atividade, que exige muitas vezes mão de obra especializada, a complexidade da execução, etc. O próprio interesse público que à Administração compete defender não é estável, exigindo eventuais alterações do contrato para ampliar ou reduzir o seu objeto ou incorporar novas técnicas de execução.

14. Como registrado, a prerrogativa de alterar os contratos unilateralmente não é ilimitada, servindo os freios legais como mecanismos tendentes à preservação da equação econômico-financeira do contrato, bem como dos princípios e regras que vinculam a atividade da Administração, como a legalidade, a isonomia e a obrigatoriedade da licitação, dentre outros bens caros à coletividade dos quais o administrador não pode infringir ou desconhecer.

15. Veja-se o que a Lei Federal n.º 8.666, de 1993, dispõe a respeito:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

¹ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. São Paulo: Atlas, 2014. p. 289



b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

[...]

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

§ 2º Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no parágrafo anterior, salvo:

I - (VETADO)

II - as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

16. Temos, portanto, a possibilidade da Administração alterar unilateralmente a avença para: (1) adequar tecnicamente o projeto ou especificações aos objetivos do contrato – a chamada alteração qualitativa; e (2) acrescentar ou diminuir quantitativamente o objeto do contrato – alteração quantitativa.

17. No teor da solicitação de aditivo contratual, as autoridades proponentes esclarecem que o ajuste pretendido tem como justificativa a necessidade de adequação da quantidade dos itens previstos no contrato em relação à realidade fática, após revistos os projetos executivos, a fim de melhor atender ao interesse público.

18. O art. 65, §1º, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, admite o aditamento contratual, com as devidas justificativas, até o limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato em caso de obras, serviços ou compras, ou de 50% em caso de reforma de edifício ou equipamento, nos termos supratranscritos.

19. Nessa perspectiva e tomando por referência as informações prestadas pelas autoridades competentes, a alteração proposta implicará majoração do valor inicial do contrato na ordem de **15,91%**, acrescendo-se, dessa maneira, R\$ 180.658,94 (cento e oitenta mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e noventa e quatro centavos) ao contrato, percentual que **se encontra dentro dos limites definidos pela legislação**, como visto.

20. Adverte-se que, conforme a orientação consolidada do Tribunal de Contas da União, não se permite a compensação entre o conjunto de acréscimos e supressões.



devendo-se observar a pertinência aos limites legais em cada um desses conjuntos de forma isolada.

21. Nesse sentido, o excerto do Acórdão n.º 2.059, de 2013, daquela Corte:

[...] os limites de aditamento estabelecidos no art. 65, inciso II, § 1º, da Lei nº 8.666/93 devem considerar a **vedação da compensação entre acréscimos e supressões de serviços**, consoante a jurisprudência deste Tribunal, consubstanciada, por exemplo, pelos Acórdãos nº 749/2010, 1.599/2010, 2.819/2011 e 2.530/2011, todos do Plenário. (negritamos)

22. Embora a regra prevista no art. 65, §1º, da Lei de Licitações, não afirme expressamente que o cálculo dos 25% ou 50% deva ser feito de modo isolado, isto é, sem compensação, os órgãos de controle têm adotado o posicionamento restritivo no resguardo dos princípios da isonomia e a obrigatoriedade de licitar², impedindo que haja alteração do objeto contratado ou de sua extensão a ponto de configurar “fuga à licitação”.

23. No caso, como dito, referida orientação foi observada, mormente porque só há acréscimo de quantidades, sem, inclusive, inclusão de item novo.

24. Quanto ao mérito das justificativas apresentadas, isto é, a pertinência e adequação das alterações propriamente ditas, vale registrar que não nos cabe imiscuir no juízo quanto à oportunidade e conveniência da alteração contratual proposta. Essa avaliação é de responsabilidade dos órgãos proponentes, competindo-nos verificar se foram observados os limites genéricos estipulados na multirreferida lei e se a requisição se encontra devidamente motivada.

25. Nesse sentido, a justificativa apresentada pela autoridade solicitante indica as causas supervenientes que ensejaram a modificação da planilha contratual a fim de atender ao interesse da Administração, amoldando-se à hipótese legal inserta no art. 65, I, 'a' da Lei nº. 8.666/93, a despeito da indicação contida no item 6 do formulário de solicitação de aditivo contratual.

² VALMIR, Campelo; CAVALCANTE, Rafael Jardim. Obras públicas: comentários à jurisprudência do TCU. Belo Horizonte: Fórum, 2014, p. 47



26. Afinal, noticiou-se a necessidade de adequações e reanálise das quantidades inicialmente previstas porque notou-se "a necessidade de alteração do projeto executivo inicial, de forma a contemplar uma maior área nas proximidades do canal, garantindo maior estabilidade e segurança à população do entorno", conforme se extrai do Ofício GERMAN/DJUR-SD nº. 007/2021.

27. Avançando, é necessária a demonstração de que a contratada mantém suas condições de habilitação em virtude do que dispõe o art. 55, XIII, da Lei Federal n.º 8.666, de 1993, nos seguintes termos:

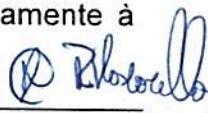
Art 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam: [...]

XIII - a **obrigação do contratado de manter**, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, **todas as condições de habilitação e qualificação** exigidas na licitação. (negritamos)

28. Nesse viés, além do SUCAF juntado ao expediente, este advogado público autárquico consultou, nesta data, o seu extrato na presente data no sítio eletrônico <http://sucaf.pbh.gov.br/sifor.php> e constatou a regularidade da situação, que, de todo modo, deve ser mantida e observada pela contratada e pelo gestor.

29. Por fim, no que tange a indicação do recurso orçamentário necessário, verifica-se que foi apresentada a Declaração de Disponibilidade Financeira e Orçamentária, assinada pelo Superintendente da SUDECAP, Sr. Henrique de Castilho Marques de Sousa, além de ter havido aprovação pela Câmara de Coordenação Geral (Ofício CCG/SMOBI 096/2021), ambos juntado ao expediente.

III - CONCLUSÃO

30. Diante do exposto, considerando que a instrução do expediente fora encaminhada pelas autoridades competentes, as quais justificam a necessidade de alteração da planilha do Contrato DJ 030/2021, na realização do interesse público, aprova-se a minuta do Termo Aditivo nº. 01, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei Federal n.º 8.666, de 1993, mantidas as condições de habilitação previamente à formalização do ajuste contratual e a complementação da garantia contratual. 



31. Não é demais lembrar que este parecer não adentra em questões relacionadas a áreas técnicas e orçamentárias específicas, em especial a planilhas, justificativas e cálculos apresentados, bem como à condução da execução do objeto do contrato, uma vez que extrapolam a competência deste parecerista, deixando-se claro, ademais, que, em virtude da teoria dos motivos determinantes, os atos administrativos, quando motivados, ficam vinculados aos motivos expostos para todos os efeitos jurídicos, de sorte que a legalidade da alteração contratual está necessariamente vinculada à existência dos fatos descritos pela autoridade competente.

32. É o parecer.

[Redacted]
Advogado Público Autárquico DPCT-SD
[Redacted]

[Redacted]
Chefe do Departamento de Contratações da SUDECAP – DPCT-SD
[Redacted]

Portaria SUDECAP nº. 128/2021

[Redacted]
Gerente da Gerência de Controle de Contratações – GEECO
[Redacted]

Aprovo:

[Redacted]
Diretor Jurídico – DJ-SD
[Redacted]

Por Delegação - Portaria SUDECAP nº 128/2021

Rem. DA
Departamento de
SD 002453-9 DPCT/SD